#### PORTARIA Nº 7.777, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

Nomeia Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear as pessoas abaixo relacionadas, sob a presidência da primeira, para constituírem a *Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações*, realizadas pela Secretaria Municipal de Finanças, da Prefeitura Municipal de Capanema, para o período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

Jeandra Wilmsen
Roselia Kriger Becker Pagani
Andrea Marize Weschenfelder Paeze
Rubens Luis Rolando Souza

Art. 2º A presente portaria entrará em vigor na data de 01/01/2021, ficando nessa data revogada a Portaria nº 7.537 de 16/12/2019.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de dezembro de 2020.

Américo Bellé \\ Prefeito Municipal



Capanema - PR, 11 de maio de 2021

Assunto: Dispensa de Licitação

DE: Raquel Santana Belchior Szimanski

PARA: Américo Bellé

Senhor Prefeito:

Pelo presente solicitamos a Vossa Excelência a competente Autorização para AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

O valor máximo para o item foi definido através do menor preço obtido entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo ao Termo de Referência.

O custo total máximo estimado para esta aquisição é de R\$

3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais)

Respeitosamente,

Raquel Santana Belchior Szimanski

Secretária Municipal de Agricultura e meio Ambiente

#### JUSTIFICATIVA PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Total: R\$3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais)

Justifica-se a aquisição por se tratar de materiais e serviços essenciais para acionamento, e funcionamento de motobombas dos sistemas de água afim de GARANTIR DO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA POTÁVEL À POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, uma vez que estes locais não são providos dos serviços da concessionária SANEPAR, responsável pelo abastecimento de água no município de Capanema. Diante da responsabilidade do município em garantir o fornecimento de saneamento aos cidadãos, os serviços desta contratação são de extrema importância na Gestão Pública.

Os materiais serão necessários para complementar a instalação e efetividade nos sistemas de água mencionados.

#### **Art. 24.** É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Diante dos fatos citados, a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Capanema - PR opina pela legalidade na AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, com Dispensa de Licitação por haver amparo legal na presente solicitação.

Capanema - PR, 11 de maio de 2021

Raquel Santana Belchior Szimanski

Secretária Municipal de Agricultura e meio Ambiente



#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. ORGÃO INTERESSADO

1.1. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

#### 2.OBJETO

2.1. AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

#### 3.RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. Raquel Santana Belchior Szimanski

#### 4. JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO

- 4.1 Justifica-se a aquisição por se tratar de materiais e serviços essenciais para acionamento, e funcionamento de motobombas dos sistemas de água afim de GARANTIR DO ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA POTÁVEL À POPULAÇÃO DAS COMUNIDADES DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, uma vez que estes locais não são providos dos serviços da concessionária SANEPAR, responsável pelo abastecimento de água no município de Capanema. Diante da responsabilidade do município em garantir o fornecimento de saneamento aos cidadãos, os serviços desta contratação são de extrema importância na Gestão Pública.
- 4.2. Os materiais serão necessários para complementar a instalação e efetividade nos sistemas de água mencionados.
- 4.3. Os valores máximos de cada item foram definidos através dos menores preços obtidos entre três orçamentos solicitados pela Administração a empresas distintas, que seguem em anexo a este Termo de Referência.

5.DEFINICÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

Lote:	1 - Lote C	001				
Item	Código do produto /serviço	Nome do produto/serviço	Quan tidad e	Unidad e	Preço máximo	Preço máximo total
1	60928	PADRAO BIFASICO 50 COM POSTE PM 75 7,2MT, INSTALADO	1,00	UN	1.644,75	1.644,75
2	60927	PADRAO TRIFASICO 50 COM POSTE PM 100 7,2MT, INSTALADO	1,00	UN	1.671,25	1.671,25
ТОТА	L					3.316,00

6.1.A empresa contratada deverá entregar e instalar o Padrão num prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema.

#### 7.PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1.O contrato terá validade de 12 (doze) meses.

#### 8.GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1.A Ata de Registro de Preços será acompanhada, controlada, fiscalizada, gerenciada e avaliada por Duarte Souza.

#### 9.INFORMAÇÕES LOCAL DE INSTALAÇÃO

- 9.1. 01 deve ser instalado no Sistema de Abastecimento de Água do Pinheiro/Linha Brizola
- 9.2. 01 deve ser instalado no Sistema de Abastecimento de Água do Marechal Lott.

Capanema - PR, 11 de maio de 2021

Raquel Santana Belchior Szimanski Secretária Municipal de Agricultura e meio Ambiente

#### **ORÇAMENTO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

PRAZO DE ENTREGA: 5 DIAS APÓS SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA RESPONSÁVEL.

PRAZO DE PAGAMENTO: TRINTA DIAS APÓS ENTREGA DOS PRODUTOS E DA NOTA FISCAL.

VALIDADE: DOZE MESES.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UN.	QTDE.	MENOR PREÇO DOS ORÇAMENTOS	TOTAL
1.	60928 - PADRAO BIFASICO 50 COM POSTE PM 75 7,2MT	UN	1	1.644,75	1.644,75
2	60927 - PADRAO TRIFASICO 50 COM POSTE PM 100 7,2MT	UN	1	1.671,25	1.671,25
TOTAL					3.316,00

CIENTE

ha de la companya della companya della companya de la companya della companya del



SOBERANA MATERIAIS DE CONSTRUCAO G

RUA PADRE CIRILO

CENTRO **CNPJ** 

**CAPANEMA** 

I.E: ISENTO

0000001673

**ORÇAMENTO DE VENDA** 

Data: 10/05/2021 15:22:58()()()()

#### A(o) 1027-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA PR

Endereco: AV PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA 1080

CPF/CNPJ: 75.972.760/0001-60

RG/I.E: ISENTO

Telefone: 3552-1321 Bairro: CENTRO

Celular: ()

Cidade: CAPANEMA - PR

E-Mail: EMPENHO@CAPANEMA.PR.GOV.BR

Prezado(s) Senhor(es)

Conforme Solicitado, segue anexo abaixo os itens do orçamento e estamos a sua inteira disposição para qualquer

esclarecimento.

Pron	notor:			Tota	l Bruto Not	a:	R\$ 1.644,75
		SEM VALOI	R FISCAL				
001	8034	PADRAO BIFASICO 50 COM POSTE PM 75 7,2MT	01/2009	<b>I</b> m <b>e</b> diata	1,000	1.644,75	R\$ 1.644,75
TEM	CÓDIGO	PRODUTO	LOCA	L ENTREGA	QTDE.	PREÇO	TOTAL

Condição: Padrão

**Total por Extenso** UM MIL SEISCENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E **CINCO CENTAVOS** 

Total Liq. Nota:

R\$ 1.644,75

DOCUMENTO

VCTO

VALOR PORTADOR

OBS

**73/01-1** 09/06/2021

1.644,75 A prazo Validade da proposta: 20/05/2021

Condições Comerciais

=alse

Observação:

**Atenciosamente** 

12-DJONI

1027-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA PR

Vendedor

3552 1321

Cliente



SOBERANA MATERIAIS DE CONSTRUCAO G

RUA PADRE CIRILO

CENTRO CNPJ

**CAPANEMA** 

I.E: ISENTO

(46)3552-1032

#### **ORÇAMENTO DE VENDA** 0000001674

## Data: 10/05/2021 15:23:43 UOVQ

#### A(o) 1027-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA PR

CPF/CNPJ: 75.972.760/0001-60

RG/I.E: ISENTO

Endereço: AV PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA 1080

Celular: ()

Telefone: 3552-1321

Bairro: CENTRO

Cidade: CAPANEMA - PR

E-Mail: EMPENHO@CAPANEMA.PR.GOV.BR

Prezado(s) Senhor(es)

Conforme Solicitado, segue anexo abaixo os itens do orçamento e estamos a sua inteira disposição para qualquer esclarecimento

	escial cellic	iico.					
ПЕМ	CÓDIGO	PRODUTO	LOCAI	LENTREGA	QTDE.	PREÇO	TOTAL
001	8032	PADRAO TRIFASICO 50 COM POSTE PM 100 7,2MT	01/2009	<b>Ime</b> diata	1,000	1.671,25	R\$ 1.671,25
_		SEM VALOR	FISCAL -			<del></del> -	
Pron	notor:			Tota	al Bruto Not	a:	R\$ 1.671,25

Condição: Padrão

**Total por Extenso** UM MIL SEISCENTOS E SETENTA E UM REAIS E VINTE E CINCO

Total Lig. Nota:

R\$ 1.671,25

**CENTAVOS** 

DOCUMENTO VCTO 74/01-1 09/06/2021

VALOR PORTADOR 1.671,25 A prazo

OB\$

Validade da proposta: 20/05/2021

Condições Comerciais

=alse

Observação:

**Atenciosamente** 

12-DJONI

1027-PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA PR

Vendedor

3552-1321

Cliente

#### SEBASTIÃO CORREIA RODRIGUES

AVENIDA BRASIL CENTRO, CAFANEMA-FR (46)3552-1229

ENTRADA: 14/04/2021

SAÍDA: 14/04/2021

OS Nº: 052120

CLIENTE .: 02985 - CONSUMIDOR

TE LEFONE :

BAIRRO..:

ENDEREÇO:

MUNICIPIO. :

CONTATO:

CNPJ/CPF:

SOLICITANTE: CONSUMIDOR

UF:

MARCA:

CEP....: TELEPONE: ( )

EQUIPAMENTO: 00117 - ORÇAMENTO

MODELO..:

N° SÉRIE:

Nº NF: 0

DEFEITO.:

SOLUÇÃO.:

OBS....:

ENTR. PROMETIDA P/: 14/04/2021

DAT.CONCLUSÃO:

RETIRAD. POR: CONSUMIDOR

Assinatura / Retirada / Cliente

Al	UTORIZO A VENDA DO EQUIPAMENTO 90 DIAS APÓS COMUNICA	DO CONSERTO.	PARA COBRIR DES	PESAS.
DATA	PRODUTOS / SERVIÇOS	QUART.	V.UNITARIO	V. TOTAL
15/04/21	POSTE+ PADRÃO MONOFÁSICO 2 X 70 +INSTALAÇÃO. (Técnico: )	00:00 h	R\$ 2.450,00	R\$ 2.450,00
15/04/21	POSTE + FADRÃO MONOFÁSICO 2 X 100 + INSTALAÇÃO (Técnico: )	00:00 h	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00
15/04/21	VALOR POR KM (Técnico: )	00:00 h	R\$ 1,50	R\$ 1,50
			PRODUTOS:	R\$ 0,00
			SERVIÇOS:	R\$ 5.201,50
MAIS AND	TAÇÕES VIDE VERSO		TOTAL:	R\$ 5.201,50
	5.201.50 Financ R\$ 0.00 Vale R\$ 0.00 Cheque R\$ 0.00	Cartão:R\$ 0,00	DESCONTO:	R\$ 0,00
Vale: Cheque:			ENCARGOS:	R\$ 0,00
Cartão			TOTAL:	R\$ 5.201,50





#### Relatório de Cotação: cotação rápida 1588

Relatorio getado no dia 03/05/2071 09/21 57 (IP 187/50/213,238)

Item 1: aquisição e instalação de padrão de energia eletrica trifasico e casa de abrigo para quadro de comando para atendimento de poço semi-artesiano

1	PREÇOS /	QUANTIDADE	PREÇO	TOTAL	TOTAL	
PI	ROPOSTAS		ESTIMADO			
	1/1	1	R\$ 7,495,00 (un)	R\$ 7.495	,00	
Preço Público	Órgão Público		Identifica	Data ção Licitação	Preço	
1	MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO		14402	02/09/2020	R\$ 7.495,00	
Valor Uni	itário			þ	R\$ 7.495.00	

Média dos Preços Obtidos: R\$ 7 495,00

Valor Global:

R\$ 7.495,00

Observação

R\$ 7.495.00

#### Detalhamento dos Itens

Item 1: aquisição e instalação de padrão de energia eletrica trifasico e casa de abrigo para quadro de comando para atendimento de poço semi-artesiano

Preço Estimado: R\$ 7,495,00 (un)

Média dos Preços Obtidos: B\$ 7.495,00

Quantidade 1 Unidade Descrição

aquisição e instalação de padrão de energia eletrica trifásico e casa de abrigo para quadro de comando par atendiment semi-artesiano

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

Órgão: MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA/RO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇO SEMI ARTESIANO PROFUNDO PARA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PADRÃO DE ENERGIA ELETRICA TRIFÁSICO E CASA DE ABRIGO PARA QUADRO DE

COMANDO PARA ATENDIMENTO DE POÇO SEMI-ARTESIANO

Descrição: AQUISIÇAO E INSTALAÇAO DE PADRAO DE ENERGIA ELETRICA TRIFASICO
E CASA DE ABRIGO PARA QUADRO DE COMANDO PARA ATENDIMENTO DE
POÇO SEMI-ARTESIANO - AQUISIÇAO E INSTALAÇAO DE PADRAO DE ENERGIA

ELETRICA TRIFASICO E CASA DE ABRIGO PARA QUADRO DE COMANDO PARA

ATENDIMENTO DE POÇO SEMI-ARTESIANO

SRP: NÃO

Identificação: 14402 Lote/Item: 1/1 Ata: Link Ata

Fonte: licitanet.com.br

Data: 02/09/2020/09:00

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

Quantidade: 1
Unidade: serviço
UF: RO

CNPJ

RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR

VALOR DA PROPOSTA FINAL

34.165.512/0001-20 CONSTRUCAO DE EDIFICIOS RAVAZI LTDA

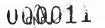
R\$ 7.495,00

\* VENCEDOR \*

Marca: SV Fabricante: Fabricante não informado

Modelo: SV

Descrição: Descrição não informada



ereço: AV MARECHAL RONDON, 2252



## ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI



#### GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, maior e capaz, empresária, nascida aos 03-05-1978, natural de Capanema - PR, portadora da Cédula de identidade RG nº 7.007.569-5 SESP-PR, Expedida em 06-03-2006, CPF nº 022.013.919-98, residente e domiciliada na Av. Botucaris, nº 1671, casa, Bairro Santa Cruz, nesta Cidade de Capanema - PR, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI girará sob o nome empresarial de GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, iniciando suas atividades em 01 de Novembro de 2019, será regida por este contrato social.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade terá a sua sede, na cidade de Capanema, Estado do Paraná, à Rua Padre Cirilo, nº 1659, Centro, CEP 85.760-000, que é seu domicilio, podendo, a qualquer tempo, a critério de seu titular, abrir ou fechar filiais em qualquer parte do território Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da EIRELI será:

47.44-0/99 – Comercio varejista de materiais de construção;

47,44-0/02 – Comercio varejista de madeira e artefatos;

47.42-3/00 - Comércio varejista de material elétrico;

47.41-5/00 – Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

47.44-0/01 – Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas;

41.20-4/00 - Construção de edificios:

42.99-5/01 – Construção de instalações esportivas e recreativas;

46.61-3/00 – Comércio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário:

47.59-8/99 – Comércio varejista de artigos de uso pessoal;

47.54-7/01 – Comércio varejista de móveis;

47.53-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos,

47.82-2/01 – Comércio varejista de calcados:

47.81-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário;

46.42-7/02 — Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de duração da EIRELI é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é a data do registro do instrumento constitutivo. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

## ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI



#### **GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI**

CLÁUSULA QUINTA: O capital social da EIRELI na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual está totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente do País.

	Titular		Quotas	%	Total R\$
MARLIZE	BERNARDINA	WEISHEIMER	300.000	100	R\$ 300.000,00
GUERRA					
TOTAL			300.000	100	R\$ 300.000,00

CLÁUSULA SEXTA: A responsabilidade da titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regime jurídico da empresa Limitada e supletivamente pela lei da Sociedade Anônima.

CLAUSULA SETIMA: A administração da EIRELI caberá a titular MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, dispensado de caução, a quem caberá dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, desta EIRELI, sendo a responsabilidade do titular limitada ao capital integralizado.

Parágrafo Primeiro: A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

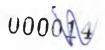
Parágrafo Segundo: Faculta-se a administradora, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da EIRELI, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal, cabendo a titular, os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA NONA: Falecendo ou interditado a titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI se resolva em relação a seu titular.

## ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI



#### **GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI**

CLÁUSULA DECIMA: A titular declara sob as penas da lei, que não está impedida, por lei especial, e nem condenado ou que se encontra sob os efeitos de condenação, que o proíba de exercer a administração desta EIRELI, bem como não esta impedido, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Declara a titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: O endereço da titular, constantes do Contrato Social ou de sua última alteração serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse. A responsabilidade de informação de alterações destes endereços e exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA: Declaram para efeitos de enquadramento como MICROEMPRESA que o valor da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas ao §6º do art. 3º daquela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Capanema - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estar assim, justo e contratado, data e assina digitalmente o presente instrumento em 1 via para fins de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná.

Capanema - PR, 16 de Outubro de 2019.



#### MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



#### **ASSINATURA ELETRÔNICA**

Certificamos que o ato da empresa GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI consta assinado digitalmente por:

	Identificação do(s) Assinante(s)
CPF/CNPJ	Nome
02201391998	MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA





CERTIFICO O REGISTRO EM 23/10/2019 15:32 SOB N° 41600958446. PROTOCOLO: 196435994 DE 23/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904936760. NIRE: 41600958446. GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA SECRETÁRIO-GERAL CURITIBA, 23/10/2019 www.empresafacil.pr.gov.br

## De Co

#### GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

## PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

000013

MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, Brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, maior e capaz, empresária, nascida aos 03-05-1978, natural de Capanema - PR. portadora da Cédula de identidade RG nº 7.007.569-5 SESP-PR, Expedida em 06-03-2006, CPF nº 022.013.919-98, residente e domiciliada na Av. Botucaris, nº 1671, casa, Bairro Santa Cruz, nesta Cidade de Capanema - PR, CEP 85.760-000;

EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), sob o nome empresarial GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, com sede à Rua Padre Cirilo, nº 1659, Centro, nesta cidade de Capanema – PR, CEP 85.760-000, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41600958446 em 23-10-2019 e no CNPJ/MF sob o número 35.288.787/0001-13:

Resolve assi, Alterar e Consolidar o Instrumento de constituição EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O titular da EIRELI resolve abrir uma filial neste município de Capanema - PR, na Rua Antonio Niehues, nº 683, centro, CEP: 85.760-000, com a mesma denominação social da sede, e com título fantasia de "SOBERANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO", com capital social de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com início das atividades em 20 de Novembro de 2020.

CLAUSULA SEGUNDA: A Filial terá a seguinte atividade: 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Filial terá por Objeto social: Comércio varejista de materiais de construção.

CLÁUSULA QUARTA: A Filial da EIRELI será administrada por MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, com os poderes e atribuições de gerir e administrar individualmente os negócios da sociedade representá-la ativa e passivamente, judicial e extra judicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial Isoladamente.

- § 1,º É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.
- § 2.º Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

## Marke

#### GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

## PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI



CLÁUSULA QUINTA: Fica eleito o foro de Capanema - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA SEXTA: Permanecem inalteradas as cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

CLAUSULA SETIMA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: Consolida-se o contrato social da EIRELI, mediante as condições e cláusulas seguintes:

## CONSOLIDAÇÃO CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, Brasileira, casada sob o Regime de Comunhão Universal de Bens, maior e capaz, empresária, nascida aos 03-05-1978, natural de Capanema - PR, portadora da Cédula de identidade RG nº 7.007.569-5 SESP-PR, Expedida em 06-03-2006, CPF nº 022.013.919-98, residente e domiciliada na Av. Botucaris, nº 1671, casa, Bairro Santa Cruz, nesta Cidade de Capanema - PR, CEP 85.760-000; EIRELI (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada), sob o nome empresarial GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, com sede à GUERRA MATERIAIS DE ONSTRUÇÃO EIRELI, com sede à Rua Padre Cirilo, nº 1659, Centro, nesta cidade de Capanema - PR, CEP 85.760-000, inscrito na Junta Comercial do Paraná sob o NIRE 41600958446 em 23-10-2019 e no CNPJ/MF sob o número 35.288.787/0001-13, promove a Consolidação Contratual, conforme as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – RAZÃO SOCIAL: O Tipo jurídico da empresa será: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA – ELRELI, com subrogação de todos os direitos e obrigações pertinentes e girará sob a razão social de: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, com sede à Rua Padre Cirilo, nº 1659, Centro, nesta cidade de Capanema – PR, CEP 85.760-000 no CNPJ/MF sob o número 35.288.787/0001-13.

PARÁGRAFO ÚNICO: A empresa mantém o seguinte estabelecimento filial com a mesma denominação da Matriz e com Título Fantasia de "SOBERANA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO" e tem sua sede na Rua Antonio Niehues, nº 683, centro, neste município de Capanema – PR, CEP: 85.760-000, tem como Objeto Social de Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral, e iniciou suas atividades em 20/11/2020.

#### Página 3 de 7

## GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

00001

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS FILIAIS: Poderá abrir ou fechar filial, ou qualquer dependência, mediante alteração deste ato constitutivo, na forma da lei, devidamente assinado pelo titular da EIRELI.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL: O capital social da EIRELI é de R\$ 300.000.00 (trezentos mil reais). totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País, na data de 01 de Novembro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO SOCIAL: As Atividades da EIRELI serão de:

47.44-0/99 – Comercio varejista de materiais de construção;

47.44-0/02 – Comercio varejista de madeira e artefatos:

47.42-3/00 - Comércio varejista de material elétrico:

47.41-5/00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

47.44-0/01 – Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas:

41.20-4/00 - Construção de edifícios;

42.99-5/01 - Construção de instalações esportivas e recreativas:

46.61-3/00 – Comércio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário;

47.59-8/99 - Comércio varejista de artígos de uso pessoal;

47.54-7/01 - Comércio varejista de móveis;

47.53-9/00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos;

47.82-2/01 - Comércio varejista de calçados;

47.81-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário;

46.42-7/02 – Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho.

CLÁUSULA QUINTA: O Objeto social é de:

Comercio varejista de materiais de construção;

Comercio varejista de madeira e artefatos:

Comércio varejista de material elétrico:

Comércio varejista de tintas e materiais para pintura;

Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas;

Construção de edifícios:

Construção de instalações esportivas e recreativas:

Comércio Atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário:

Comércio varejista de artigos de uso pessoal;

Comércio varejista de móveis:

Comércio varejista especializado de eletrodomésticos;

Comércio varejista de calcados:

Comércio varejista de artigos do vestuário:

Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho.

m bonding

# Mar de 2

Página 4 de 7

#### GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE  $^{000}$ RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

CLÁUSULA SEXTA - DA DURAÇÃO: A EIRELI iniciou suas atividades em 01-11-2019 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ADMINISTRAÇÃO: A administração da EIRELI será exercida por MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA, a quem caberá. dentre outras atribuições, a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da empresa EIRELI. A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado e a empresa será regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pelas leis das Sociedades Anônimas.

CLAÚSULA OITAVA - DA DECLARAÇÃO DE DESEMPEDIMENTO: O titular declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal. não estar impedido de exercer atividade empresária e não possui outro registro como titular de EIRELI no País. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA NONA - DO EXERCÍCIO SOCIAL: O término de cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil, com a apresentação do balanco patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

CLAÚSULA DÉCIMA- DA RETIRADA DE PRO-LABORE: O titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA. Declara para efeitos de enquadramento como MICROEMPRESA que o valor da receita bruta anual da empresa não excederá, no ano da constituição, o limite ixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas ao §6º do art. 3º daquela Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro de Capanema - PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as cláusulas vigentes que não colidirem com as disposições do presente instrumento.

E por estarem assim, justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente instrumento em 1 via para fins de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná.

GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

CNPJ: 35.288.787/0001-13

NIRE: 41600958446

PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

000020

Página 5 de 7

Capanema – PR, 13 de Novembro de 2020.

Carrent In

MARLIZE BÉRNARDINA WEISHEIMER GUERRA Titular



000021

#### TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA PR 🕻 (46)3552.3710

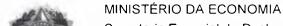
Selo Digital: 18143845VAAD0000000451720W

Consulté esse selo em http://funarr.en.com.br

Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de MARLIZE
BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA. Dou fé. Capanema-PR. 19 de
novembro de 2020







Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração



Página 7 de 7

#### TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, JOSSENEI TREVISAN, com inscrição ativa no CRC/PR, sob o n° 048092, expedida em 18/12/1992, inscrito no CPF n° 91916615953, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

	IDENTIFICAÇÃO	DO(S) ASSINANTE(S)
CPF	N° do Registro	Nome
91916615953	048092	JOSSENEI TREVISAN





CERTIFICO O REGISTRO EM 27/11/2020 16:57 SOB N° 41901887629.
PROTOCOLO: 206951809 DE 23/11/2020.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12005871565. CNPJ DA SEDE: 35288787000113.
NIRE: 41600958446. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 13/11/2020.
GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

SEBASTIAO MOTA SECRETÁRIO-GERAL www.empresafacil.pr.gov.br



#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



#### CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.288.787/0001-13 MATRIZ	COMPROVANTE D	DE INSCI CADAS		E SITUAÇÃ	O DATA DE ABERT 23/10/2019	TURA
NOME EMPRESARIAL GUERRA MATERIAIS DE C	ONSTRUCAO EIRELI					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NO SOBERANA MATERIAIS DE					<b></b>	PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 47.44-0-99 - Comércio vare		trução em	geral			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVID 41.20-4-00 - Construção de 42.99-5-01 - Construção de 46.42-7-02 - Comércio atac 46.61-3-00 - Comércio vare 47.41-5-00 - Comércio vare 47.42-3-00 - Comércio vare 47.44-0-01 - Comércio vare 47.44-0-02 - Comércio vare 47.53-9-00 - Comércio vare 47.59-8-99 - Comércio vare 47.59-8-99 - Comércio vare 47.82-2-01 - Comércio vare	edifícios instalações esportivas e ladista de roupas e acessó adista de máquinas, apare ista de tintas e materiais ista de material elétrico ista de ferragens e ferramista de madeira e artefato ista especializado de elet iista de móveis ista de outros artigos de ista de artigos do vestuárista de calçados	recreativa órios para elhos e eq para pintu nentas os trodomést uso pesso	uso profission uipamentos pa ra icos e equipar pal e doméstic	ara uso agrop	ecuário; partes dio e vídeo	e peças
230-5 - Empresa Individual		nitada (de l	Natureza Emp	resári COMPLEMEN	10	
R PADRE CIRILO			1659	*****		
	IRRO/DISTRITO ENTRO		MUNICÍPIO CAPANEMA			UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO			TELEFONE (46) 9916-56	53/ (46) 9926-	0022	0
ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL	(EFR)				7	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA					DATA DA SITUAÇÃO 23/10/2019	CACASTRAL
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAI					•	
SITUAÇÃO ESPECIÁL					DATA DA SITUAÇÃO	) ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 10/05/2021 às 10:56:13 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



#### Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



#### Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 024071010-32

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 35.288.787/0001-13 Nome: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de ) natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 31/08/2021 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



0000126

#### Município de Capanema SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

## CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 09/07/2021, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

Positiva com efeito de negativa Nº: 2270/2021

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ENDEREÇO:R PADRE CIRILO, 1659 CEP: 85760000 Capanema - PR

CONTROLE

CNPJ/CPF

ALVARÁ

52205

35.288.787/0001-13

INSCRIÇÃO ESTADUAL

**CNAE / ATIVIDADES** 

Comércio varejista de materiais de construção em geral, Construção de edificios, Construção de instalações esportivas e recreativas, Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças, Comércio varejista de tintas e materiais para pintura, Comércio varejista de material elétrico, Comércio varejista de ferragens e ferramentas, Comércio varejista de madeira e artefatos, Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo, Comércio varejista de móveis, Comércio varejista de outros artigos de uso doméstico não especificados anteriormente, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Comércio varejista de calçados

Certidão emitida no dia Capanema, 10 de Maio de 2021. CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMH282QETJ24XH39QB



Receita Federal



#### CERTIDÃO





MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal do Brasil Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI

CNPJ: 35.288.787/0001-13

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

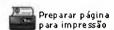
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <a href="http://rfb.gov.br">http://rfb.gov.br</a> ou <a href="http://www.pgfn.gov.br">http://www.pgfn.gov.br</a>.

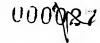
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:56:53 do dia 10/05/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/11/2021.

Código de controle da certidão: A0F8.3122.692B.1AF9 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Nova Consulta







### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 35.288.787/0001-13

Razão Social:GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI

Endereço: RUA PADRE CIRILO 1659 / CENTRO / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/04/2021 a 15/08/2021

Certificação Número: 2021041800513806469503

Informação obtida em 10/05/2021 10:52:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



#### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 35.288.787/0001-13 Certidão n°: 15166882/2021

Expedição: 10/05/2021, às 10:53:34

Validade: 05/11/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n $^\circ$  **35.288.787/0001-13, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

#### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Capanema - PR, 11 de maio de 2021

Assunto: Dispensa de Licitação

DE: Prefeito Municipal

#### PARA:

- Departamento de Contabilidade;
- Procuradoria Jurídica;
- Pregoeiro e Equipe de Apoio à Licitação.

Preliminarmente à autorização solicitada mediante oficio datado de 11/05/2021, objeto: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
- 2 À elaboração de parecer sobre a possibilidade do procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
- 3 À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
- 4 Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Atenciosamente,

Américo Bellé Prefeito Municipal

Capanema - PR, 11 de maio de 2021

Assunto: Dispensa de Licitação

DE: Departamento de Contabilidade

PARA: Prefeito Municipal

Senhor Prefeito

Em atenção ao oficio datado de 11/05/2021, objeto: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, informamos a existência de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do Certame, para aquisição constantes no protocolo número supra, sendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentária;

Dotaçõe	es				
Exercic	Conta	Funcional programática	Fonte	Natureza da	Grupo da
	da		de	despesa	fonte
despes	despes		recurso		
a	а				
2021	3390	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2021	3440	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Respeitosamente,

Cleomar Walter

Téc. Cont. CRC: PR-046483/O-2

CPF: 723.903.959-53



#### MINUTA CONTRATO N° XXX/2021

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A EMPRESA .....

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo
empregatício, de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com sede e Prefeitura à
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob
o nº 75.972.760/0001-60, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato
representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ.De outro
lado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada
pelo(a) Sr(a), residente e domiciliado
em,doravante denominada CONTRATADO, vêm firmar o
presente Contrato nos termos das Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Dispensa
de Licitação Nº XX/2021, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as
cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

#### 2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO

2.1. A empresa contratada deverá entregar e instalar o Padrão num prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS

Item	Descrição do produto	Marca do produto	Unid ade de medi da	de	Preço unitári o	Preço total

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- **4.1.** O fornecedor obriga-se a:
  - 4.1.1. Efetuar a entrega no local em perfeitas condições.
- **4.1.2.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- **4.1.3.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

#### 5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **5.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:
- **5.1.1.**Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de servidor especialmente designado;
  - 5.1.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

- **6.1.1.**No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

#### 7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.2. O prazo de vigência previsto no item acima terá início na data de xx/xx/2021 e encerramento em xx/xx/2021.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- **8.1.** O pagamento será realizado de forma parcelada, **em até 30 (trinta) dias** após a emissão e entrega de notas fiscais referentes aos produtos entregues, juntamente com os comprovantes de recebimento do objeto emitido pela Contratante.
- 8.2. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos objetos.
- **8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.4. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: Município de Capanema, CNPJ 75.972.760/0001-60- Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, Capanema PR- Cep 85760-000.
- **8.5.** Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento do fornecedor no SICAF e/ou nos *sites* oficiais,





especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

- **8.6.** Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- **8.6.1.**O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **8.7.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- **8.8.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **8.9.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 8.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

#### $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I (6 / 100) = 365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

#### 9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<u>9.1.</u> As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações									
	Conta da	Funcional programática		Natureza da despesa	Grupo da fonte				
despes	The Control of the Co		recurso	-					
a	а								
2021	3390	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício				
2021	3440	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				

#### 10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo(a) Sr(a). **Duarte Souza**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

10.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

- 10.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE

- 11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.1. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 11.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 11.1.3. Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, §1°, da Lei 8.666/93, quando acordado pelas partes e nas hipóteses em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, respeitar-se-á o índice INPC/IBGE para a atualização dos valores.

## 12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
  - a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
    - b) Apresentar documentação falsa;
    - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
    - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
    - e) Comportar-se de modo inidôneo;
    - f) Cometer fraude fiscal:
    - g) Fizer declaração falsa;
    - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, o fornecedor estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

I-Advertência por escrito;

#### II- Multas:

- a) Multa de 2,5% por hora de atraso na entrega dos produtos, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da contratação, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;
- b) Multa de 5,0 % sobre o valor do objeto no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) Multa de 1% sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Multa de 10% sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do fornecedor, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- e) Multa de 20,0 % sobre o valor total do certame, quando configurada a inexecução total do contrato.
- III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 12.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
  - a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 12.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- **12.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
- 12.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- **12.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
  - **12.11.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **12.12.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:
- **14.1.1.**O não cumprimento de cláusulas contratuais, específicações, projetos ou prazos;
- **14.1.2.**O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos, cronogramas e prazos;
- **14.1.3.**A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão na entrega dos serviços, nos prazos estipulados;
  - 14.1.4.O atraso injustificado entrega dos serviços;
- **14.1.5.**A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- **14.1.6.**A subcontratação total do seu serviços, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

- **14.1.7.**A subcontratação parcial do seu serviços, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- **14.1.8.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **14.1.9.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1° do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
  - 14.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - 14.1.11.A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- **14.1.12.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 14.1.13. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 14.1.14. A supressão, por parte da Administração, das aquisições, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 14.1.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 14.1.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da aquisição, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **14.1.17**.A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou serviços para a entrega dos serviços, nos prazos contratuais;
- **14.1.18**. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **14.1.19**. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 14.1.20.- A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



14.1.20.1. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.1.20.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

14.1.20.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- 14.2.Devolução da garantia;
- 14.3. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 14.4. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

#### 15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1.Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

#### 16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** – DA HABILITAÇÃO

16.1. A Empresa Contratada fica obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de licitação.

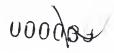
#### 17.CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

#### 18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DO FORO

18.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.





E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Capanema-PR, XX de XXXX de 2021.

Américo Bellé Prefeito Municipal **Fornecedor** Representante legal







#### Município de Capanema - PR Procuradoria Geral do Município

#### PARECER JURÍDICO Nº 131/2021

INTERESSADO: Comissão Permanente de Licitações **ASSUNTO**: Análise prévia a Dispensa nº 33/2021.

> EMENTA: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT, ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR. JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ORDEM. PARECER FAVORÁVEL.

#### 1. CONSULTA:

A Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria nº. 7.777/2020, encaminha para análise desta Procuradoria Jurídica, processo de dispensa de licitação para aquisição de poste e padrão elétrico, para acionamento da rede elétrica junto a COPEL, para ativação dos sistemas de água das localidades do Pinheiro/Linha Brizola e Marechal Lott, áreas rurais do Município de Capanema/Pr, conforme condições e especificações contidas no processo.

Constam no PA: Portaria 7.777/2020; Solicitação da dispensa; Justificativa para a Dispensa de Licitação; Termo de Referência; Orçamento e pesquisa de preços; Documentos da futura contratada; Despacho de encaminhamento do Prefeito; Parecer do Departamento de Contabilidade; e, Minuta do contrato. É o relatório.

#### 2. PARECER:

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria, nos termos do parágrafo único do art. 38, da Lei 8.666/93, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos produtos entendidos como necessários.

No entanto, oportuno destacar que a presente manifestação jurídica tem o escopo de apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar alguma providência para salvaguardar a Administração e o erário público. Assim, parte das observações aqui expendidas se constitui em recomendações e, caso a Administração opte por não acatá-las, recomenda-se



#### Município de Capanema - PR Procuradoria Geral do Município

motivar o ato, nos termos do art. 50, da Lei nº 9.784/99. O cumprimento ou não das recomendações decorre do exercício da competência discricionária da autoridade administrativa, a qual responde isoladamente no caso de descumprimento das recomendações deste parecer ou pela ausência de fundamentação dos atos administrativos.

Contudo, as questões que envolvem a legalidade, isto é, os requisitos previstos no ordenamento jurídico são de observância obrigatória, os quais, para não serem aplicados, deve haver motivação e justificativa plausível para tanto.

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos da contratação pretendida pela Administração não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

#### 2.1. Da licitação: do cabimento da dispensa de licitação

O art. 26, da Lei 8.666/93, e suas alterações, informa que as dispensas de licitação devem ser necessariamente justificadas, e que o procedimento deve ser instruído, no caso, com elementos que apontem a razão de escolha da contratada e justificativa de preço.

A dispensabilidade da licitação, quando autorizada, só libera a Administração Pública da realização da sessão pública. Todas as demais etapas procedimentais (autorização da autoridade competente, verificação da existência de recurso próprio para custear a despesa, autuação do processo, verificação da personalidade jurídica, capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade fiscal do pretenso contratado, instrução do processo com justificativas do preço e da escolha do contratado, celebração do contrato, publicação do extrato do contrato etc.) devem ser observadas.

Assim, há a necessidade de demonstrar as razões de escolha do contratado, bem como justificar o preço. Quanto à justificativa do preço extraise do PA que fora realizada pesquisa de mercado, obtendo-se três orçamentos do objeto. Ademais, verifica-se que a razão de escolha da empresa a ser contratada foi a que apresentou o menor preço.

agma 2 de 3





# Município de Capanema - PR Procuradoria Geral do Município

Assim, compulsando o presente PA, verifico o cumprimento das exigências legais a que se refere o art. 26, da Lei de Licitações, bem constato que a presente dispensa de licitação se enquadra na espécie descrita no art. 24, II, da Lei de Licitações, pois se trata de aquisição no valor de R\$ 3.316,00.

#### 2.2. Da documentação da futura contratada

Em qualquer contratação pública exige-se da futura contratada a apresentação de documentos essenciais previstos na Lei 8.666/93, relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à trabalhista.

Analisando detidamente os documentos, observa-se que a futura contratada apresentou a documentação em ordem.

#### 2.3. Do contrato de aquisição de bens

Verifica-se que a minuta contratual contém as cláusulas obrigatórias que o caso requer, especialmente o que dispõe o art. 55 da Lei 8.666/93.

Resta, ainda, que seja publicada, no prazo de cinco dias, a ratificação e publicação na Imprensa Oficial, nos moldes do *caput* do art. 26, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores.

#### 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria se manifesta pela possibilidade da contratação direta, com a ressalva da necessidade de posterior ratificação e publicação na imprensa oficial do Município.

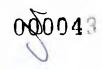
É o parecer.

Capanema, 13 de maio de 2021.

Romanti Ezer Barbosa

Procurador Municipal OAB/PR 56.675

Komanti Ezer Barbosa Procurador Jurídico de Capanema - PR Dec. nº 6001/2015 OAB/PR 56.675



# PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021

#### Contratante:

MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR. CNPJ: 75.972.760/0001-60.

AVENIDA PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, Nº 1080 - BAIRRO CENTRO

CEP: 85760-000 - CAPANEMA - PARANÁ.

#### Contratada:

NOME DO CREDOR: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

CNPJ: 35.288.787/0001-13

ENDEREÇO: RUA PEDRE CIRILO, 1659 BAIRRO:CENTRO

CIDADE: CAPANEMA PR CEP: 85760-000

TELEFONE: 465521032

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o inciso em conformidade com o Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Total: R\$ 3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais)

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021

Fica Dispensada de licitação na forma do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores às despesas abaixo especificadas, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica do Município de Capanema - PR.

A Dispensa de Licitação do AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR abaixo especificados, ocorre em razão de que a aquisição está baseada no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, considerando ainda que os valores apresentados estarem dentro do valor de mercado, conforme pesquisa de preços realizado pela Administração.

#### Contratada:

NOME DO CREDOR: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

CNPJ: 35.288.787/0001-13

ENDEREÇO: RUA PEDRE CIRILO, 1659 BAIRRO:CENTRO

CIDADE: CAPANEMA PR CEP: 85760-000

TELEFONE: 465521032

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, em conformidade com o inciso em conformidade com o inciso II do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Capanema - PR, 14 de maio de 2021

Américo Bellè Prefeito Municipal

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a **Dispensa de Licitação** para o AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### Art. 24. É dispensável a licitação:

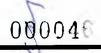
II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

VALOR TOTAL: R\$ 3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais)

Capanema - PR, 14 de maio de 2021

Américo Belle Prefeito Municipal

#### licitacao@capanema.pr.gov.br



**De:** licitacao@capanema.pr.gov.br

**Enviado em:** sexta-feira, 14 de maio de 2021 11:25 **Para:** 'agricultura@capanema.pr.gov.br'

Assunto: DISPENSA DOS PADRÕES DE ENERGIA PARA MICRO SISTEMA DE ÁGUA

Anexos: Classificação por Fornecedor.pdf

**BOM DIA** 

A DISPENSA 33 ESTÁ PRONTA PODERÁ SER UTILIZADA A PARTIR DE 17/05/2021

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Setor de Licitações
Município de Capanema-PR
Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080
Capanema - PR cep 85760-000
ne 46 3552 1321 ou 4698401-3549
elia.licitacao@capanema.pr.gov.br
licitacao@capanema.pr.gov.br

#### licitacao@capanema.pr.gov.br

000047

De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>

Enviado em: sexta-feira, 14 de maio de 2021 11:25

Para: licitacao@capanema.pr.gov.br

Assunto: Return receipt

Anexos: details.txt; Anexo sem título 00029.txt

The original message was received at Fri, 14 May 2021 11:25:26 -0300 from 238.213.60.187.dynamic.ampernet.com.br [187.60.213.238] (may be forged)

--- The following addresses had successful delivery notifications ---- <a gricultura@capanema.pr.gov.br (successfully delivered to mailbox)

----- Transcript of session follows ----- <agricultura@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered





CONTRATO Nº 169/2021 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOQUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com sede e Prefeitura à Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO BELLÉ. Do outro lado a empresa GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.288.787/0001-13, R PADRE CIRILO, 1659 - CEP: 85760000 - BAIRRO: Município de Capanema/PR neste ato representada pelo(a) Sr(a)MARLIZE BERNARDINA WEISHEIMER GUERRA inscrito(a) no CPF nº 022.013.919-98, Portador(a) do RG nº 70075695, doravante denominada CONTRATADO, vêm firmar o presente Contrato nos termos das Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Dispensa de Licitação Nº 33/2021, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR

#### 2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO

2.1. A empresa contratada deverá entregar e instalar o Padrão num prazo máximo de 10 (dez) dias após a solicitação formal do Departamento de Compras do Município de Capanema.

# 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL, DA QUANTIDADE E DO PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS

Item		produto	•	Quantid ade	Preço unitário	Preço total
1	PADRAO BIFASICO 50 COM POSTE PM 75 7,2MT, INSTALADO	GUERRA MAT. DE CONSTRU ÇÃO EIRELI	UN	1,00	1.644,75	1.644,75
2	PADRAO TRIFASICO 50 COM POSTE PM 100 7,2MT, INSTALADO		UN	1,00	1.671,25	1.671,25





#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- **4.1.** O fornecedor obriga-se a:
  - **4.1.1.** Efetuar a entrega no local em perfeitas condições.
  - **4.1.2.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
  - **4.1.3.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. A CONTRATANTE obriga-se a:
  - **5.1.1.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do fornecedor, através de servidor especialmente designado;
  - **5.1.2.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO

- 6.1. O valor do contrato é de R\$ 3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais).
  - **6.1.1.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

#### 7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DA VIGÊNCIA

- 7.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do instrumento, nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 7.2. O prazo de vigência previsto no item acima terá início na data de 14/05/2021 e encerramento em 13/05/2022.

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será realizado de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias após a emissão e entrega de notas fiscais referentes aos produtos entregues, juntamente com os comprovantes de recebimento do objeto emitido pela Contratante.
  - 8.2. O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos objetos.
- **8.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.4. A nota fiscal deverá ser emitida em nome do: Município de Capanema, CNPJ 75.972.760/0001-60- Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1.080, Capanema PR- Cep 85760-000.
- **8.5.** Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento do fornecedor no SICAF e/ou nos *sites* oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.







- **8.6.** Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - **8.6.1.** O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo fornecedor, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- **8.8.** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- **8.9.** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo fornecedor, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- **8.10.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

#### $EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I (6 / 100) = 365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

#### 9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações										
Exercíci o da despesa	Conta da despesa	Funcional programática		Natureza da despesa	Grupo da fonte					
2021	3390	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.30.00.00	Do Exercício					
2021	3440	10.001.20.606.2001.2210	000	3.3.90.39.00.00	Do Exercício					

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente Contrato será exercida pelo(a) Sr(a). **Duarte Souza**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

10.1.1. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

10.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou



000051



defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS ALTERAÇÕES E DO REAJUSTE

- 11.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.1. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 11.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes não poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).
- 11.1.3. Em caso de prorrogação contratual a que se refere o art. 57, §1°, da Lei 8.666/93, quando acordado pelas partes e nas hipóteses em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, respeitar-se-á o índice INPC/IBGE para a atualização dos valores.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:
  - a) Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
    - b) Apresentar documentação falsa;
    - c) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
    - d) Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;
    - e) Comportar-se de modo inidôneo;
    - f) Cometer fraude fiscal;
    - g) Fizer declaração falsa;
    - h) Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- **b)** Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Capanema e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até dois anos;
- 12.3. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, o fornecedor estará sujeita às sanções administrativas abaixo, garantidas a prévia defesa:

I-Advertência por escrito;

#### II- Multas:

a) Multa de 2,5% por hora de atraso na entrega dos produtos, calculada sobre o valor total do contrato, limitada ao percentual máximo de 10% do valor total da contratação, a partir do qual estará configurada a sua inexecução total;

ful



000052

- b) Multa de 5,0 % sobre o valor do objeto no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) Multa de 1% sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada nas alíneas "a" e "b" deste item, aplicada em dobro na reincidência;
- d) Multa de 10% sobre o valor total do Contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do fornecedor, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
- e) Multa de 20,0 % sobre o valor total do certame, quando configurada a inexecução total do contrato.
  - III- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.
- 12.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.5. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 12.6. A multa será descontada da garantia do contrato, caso houver, e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração.
- 12.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do(a) Prefeito(a) Municipal.
- 12.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Presidente da Comissão Permanente de Licitação.
- **12.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.10. As multas serão recolhidas em favor do Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa do Município e cobradas judicialmente.
  - 12.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 12.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuizo de outras medidas cabíveis.





#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de dificil ou impossível reparação.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 14.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:
- **14.1.1.**O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- **14.1.2.**O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos, cronogramas e prazos;
- 14.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão na entrega dos serviços, nos prazos estipulados;
  - 14.1.4.0 atraso injustificado entrega dos serviços;
- **14.1.5.**A paralisação da entrega, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- 14.1.6. A subcontratação total do seu serviços, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;
- **14.1.7.**A subcontratação parcial do seu serviços, sem que haja prévia aquiescência da Administração e autorização em contrato.
- **14.1.8.** O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- **14.1.9.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1° do art. 67 da Lei n° 8.666/93;
  - 14.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
  - 14.1.11.A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- **14.1.12.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- 14.1.13. Razões de interesse público de alta relevância e de amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- 14.1.14. A supressão, por parte da Administração, das aquisições, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 14.1.15. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao



000054

contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

- 14.1.16. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes da aquisição, ou parcelas destes, já recebidas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- **14.1.17**. A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou serviços para a entrega dos serviços, nos prazos contratuais;
- **14.1.18**. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- **14.1.19**. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **14.1.20.** A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.1.20.1. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  - 14.1.20.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
  - 14.1.20.3. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do fornecedor, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
  - 14.2. Devolução da garantia;
  - 14.3. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- 14.4. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

#### 15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1.Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto nº 3.722, de 2001, na Lei Complementar nº 123, de 2006, e na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

16.CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA -** DA HABILITAÇÃO



ful





16.1. A Empresa Contratada fica obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa de licitação.

#### 17.CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** DA PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação resumida do instrumento de contrato no Diário Oficial Do Município será providenciada pela CONTRATANTE, no prazo de vinte dias 20 (vinte) dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, correndo a despesa por sua conta.

#### 18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DO FORO

18.1. As questões decorrentes da utilização do presente Instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, Comarca de Capanema-PR.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma.

Capanema-PR, 14 de maio de 2021

AMÉRICO BELLÉ Prefeito Municipal

ERNÄRDINA WEISHEIMER GUERRA Representante Legal **GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI** Fornecedor



# Sicredi promove evento internacional para jovens cooperativistas

Edição 2021 do Summit Jovem irá propor reflexões sobre a potência de ação das novas gerações e contará com participação de convidados como o autor de best--seller internacional e especialista em tendências, Rohit Bhargava e a ativista Melati Wijsen

Valorizar o ser humano, despertar novos talentos e a capacidade transformadora que cada indivíduo tem para gerar impacto positivo na socie le. A partir desses co los, a Central Sicredi PR/SP/RJ realiza, nos dias 19 e 20 de maio, mais uma edição do Summit Jovem, reunindo cerca de mil participantes. O evento, que neste ano acontecerá em formato online, é voltado a integrantes dos Comitês Jovem formados em 21 cooperativas do Sicredi nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

'Acreditamos no potencial das novas gerações para a construção de uma sociedade mais próspera. Atuamos com esse propósito hoje sem esquecer do amanhã. Por isso, incentivamos a formação contínua dos jovens e a capacião de lideranças, tanto cooperativismo como

na sociedade. Uma iniciativa que, com o apoio local das nossas cooperativas, vem promovendo impacto positivo nas comunidades e, até mesmo, ganhando reconhecimento internacional", ressalta o presidente da Central Sicredi PR/SP/RJ, Manfred Dasenbrock.

Nos últimos anos, iniciativas desenvolvidas pelo Sicredi para engajar os jovens no cooperativismo têm servido como inspiração para diversos países que compõem o Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito (Woccu, na sigla em inglês).

Programação do even-

A edição 2021 do Summit Jovem foi pensada



para gerar reflexões inspiracionais aos participantes, incentivando também o uso das aprendizagens na vivência de cada um em suas comunidades.

O evento terá a ativista, influencer e youtuber Hello Biello como mestre de cerimônia e contará, já na abertura, com a participação do neurocientista Edgard Morya, que vai propor uma reflexão sobre o poder da aprendizagem e a capacidade que o ser humano tem de gerar impacto. Ainda de forma inspiracional, o terapeuta Alexandre Coimbra Cabral abordará a gestão das emoções e o sensei Fernando Belatto trará indicações para o aprimoramento da inteligência espiritual. A primeira parte do evento contará ainda com práticas interativas com os jovens, além de propor um desafio de avaliação sobre as novas gerações e a construção do futuro.

As reflexões propostas serão trabalhadas de maneira vivencial no segundo dia do evento. O fundador da consultoria de tendências Non-Obvious Company, autor de sucesso e especialista em marketing, Rohit Bhargava, abordará maneiras de praticar um novo jeito de fazer negócios, especialmente no pós-pandemia.

Os jovens de impacto e suas acões empreendedoras no Brasil e no mundo serão apresentados em dois blocos do evento. O primeiro, com iniciativas nacionais, será mediado pelo diretor do Núcleo Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral, Heiko Spitzeck. Já o segundo bloco, que também contará com destaques de outros países, terá a mediação do presidente da Central Sicredi PR/SP/ RJ e diretor do Conselho Mundial das Cooperativas de Crédito, Manfred Dasenbrock, e da embaixadora do Programa Global Women's Leadership Network (GWLN) no Brasil, Gisele Gomes.

A transmissão ao vivo ainda terá a participação da ativista da Indonésia Melati Wijsen, que contará como e o que a motivou para iniciar a transformação da sua região e do mundo. Como já é tradição no evento, os participantes irão concluir a jornada de aprendizagem e interação motivados por um novo desafio que levarão para as suas comunidades. "O Sicredi desenvolve projetos que estão diretamente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela ONU para um mundo melhor. Os Comitês Jovem são um exemplo dessa ação transformadora do cooperativismo. Com o Summit, queremos reforçar esse despertar das potencialidades das novas gerações para um futuro cada vez mais próspero a todos", finaliza Dasenbro-

O evento é voltado aos jovens associados, membros dos Comitês Jovem das cooperativas filiadas à Central Sicredi PR/SP/ RJ e convidados. Mais informações pelo site oficial do Summit Jovem.



#### RATIFICAÇÃO DE DISPERSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2021

Retifico em todos os seus termos e reconheço a Dispessa de Licitação para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE FACHADAS EXTERNAS/LETREIROS NA CASA DA CULTURA DONA MAURÍCIA GUERRA, ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR., conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso II, da Lei 8.660/93.

#### Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para nueros serviços e compras de valur até 10% (dez por centos do limite prevista na alinea "a", do inciso II do artigo anierior o para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a paroclas de um mesmo serviço, compra on alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma so vez;

VALOR TOTAL: R\$ 8.508.00(Oito Mii, Quinhentos e Oito Reais)

Capanema - PR. 14 de maio de 2021

Américo Bellé

EXFRATO DO CONTRA FO Nº 16e/2021 Processo dispensa Nº 032/2021

1405/2021 Municipo de Capanerss

LORENCETTI LTDA ME LURENCETTI LTDA ME.
ODJAN: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
PARA: CONTECÇÃU E INSTALAÇÃO DE
FACHADAS EXTERNAS/LETREJROS NA CASA FACHADAS EXTERNAS LETTEROS NA CASA DA CULTURA DONA MAJERICA GLERRA ATRAVES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICIPIO DE CAPANENA PR. Valor edil: R\$5.504.00 (Dito Mel, Quinheros C Oho Roba).



#### RATIFICAÇÃO DE DISPRESA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021

Raidino em tudos un seus termos u reconhego a Disposas de Licitação para o AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO BLÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICIPIO DE CAPANEMA-PR , conforme parecer Juridico fandamentado no Art. 24. aicaso 11, da

II - para outros serviços e compras de valor aré 10% (der por cento) do limite previsto na alinea "a", de inciso II do artigo amerior e para alienações, nos casos previstos nesta. Lei, desde que não se refiram a paroclas de um mesmo serviço, compra ou alienação de major vuito raje possa ser realizada de uma só vez-

VALOR TOTAL: R\$ 3.316,00ffrès Mil, Trezentos e Dezesseis Reais

Capanema - PR. 14 de maio de 2021

América Bellé Prefeito Municipa

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2021
Processo dispress Nº 169/2021
Date da Assimatent. 1409/2021
Contrariano. Manadopio de Capandriia

GUERRA MATERIALS
PE CHASTRUÇÃO EIREL
GENERO PROSTE E PADRÃO
LECTROO PRARA AGURAMBATIO DA REINLECTROO PRARA AGURAMBATIO DA REINLUTTO DA MINISTRO CUPATO LA BARA ATUNAÇÃO
LOTO DO MINISTRO DE CAPANDEMA PR
Valor nou RAJANÇÃO (Três MIL Trazendos e
Decessoria CentaAmerico Polica

"Andrea Monacitati"

Visito Perget de Souse 1080 - Centro - 85780-000 Fore-3-93963-1321 CAPANEMA

# 000057

## EXPEDIENTE

#### ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL № 1.648/2018

COORDENAÇÃO/DIREÇÃO: Andrea Marize Weschenfelder Paeze - Secretaria de Administração

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Caroline Pilati

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

#### PREFEITURA DE CAPANEMA

Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000

Fone: 46 3552-1321

nail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br

Capanema - Paraná

#### Prefeito Municipal: Américo Bellé

#### Vice-Prefeito Municipal: José Carlos Balzan

Secretária de Administração: Andrea Marize Weschenfelder Paeze Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Raquel Belchior Szimanski Secretária de Educação, Cultura e Esporte: Zaida Teresinha Parabocz Secretária da Familia e Desenvolvimento Social: Loiri Albanese Moraes

Secretário de Finanças: Luiz Alberto Letti

Secretário de Indústria, Comércio e Turismo: João Pedro Markus Secretário de Planejamento e Projetos: Guilherme Alexandre

Secretário de Saúde: Jonas Welter

Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos: Adelar Kerber

Chefe de Gabinete: Paulo de Souza

Controladora Geral do Município: Arieli Caciara Wons

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000 Fone: (46) 3552-1596 e (46) 3552-2329

Fax: (46) 3552-3217

-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br

Capanema - Paraná

Vereador: Ercio Marques Schappo - Presidente Vereador: Sergio Ullrich - Vice - Presidente Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário

Vereador: Cladir Sinesio Klein Vereador: Dirceu Alchieri Vereador: Geancarlo Denardin Vereador: Valdomiro Brizola

Vereadora: Olinda Terezinha Szimanski Pelegrina Lopes

### ATOS LICITATÓRIOS

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2021

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Dispensa de Licitação para o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE FACHADAS EXTERNAS/LETREIROS NA CASA DA CULTURA DONA MAURÍCIA GUERRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR., conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

VALOR TOTAL: R\$ 8.508,00 (Oito Mil, Quinhentos e Oito Reais)

Capanema PR, 14 de maio de 2021

Américo Bellé Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 168/2021**

Processo dispensa Nº 032/2021 Data da Assinatura: 14/05/2021.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: DAHMER & LORENCETTI LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO
DE FACHADAS EXTERNAS/LETREIROS NA CASA DA CULTURA
DONA MAURÍCIA GUERRA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE

Valor total: R\$8.508,00 (Oito Mil, Quinhentos e Oito Reais).

Américo Bellé Prefeito Municipal

CAPANEMA PR.

#### RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2021

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Dispensa de Licitação para o AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR, conforme parecer Jurídico fundamentado no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

#### Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

VALOR TOTAL: R\$ 3.316,00(Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais)

Capanema - PR, 14 de maio de 2021

Américo Bellé Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2021

Processo dispensa Nº 033/2021 Data da Assinatura: 14/05/2021.

Contratante: Município de Capanema-Pr.

Contratada: GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI.
Objeto: AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA
ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA
ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO
PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.

Valor total: R\$3.316,00 (Três Mil, Trezentos e Dezesseis Reais).

Américo Bellé Prefeito Municipal





<u>Voltar</u>

Município	CAPANEMA	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE CAPANEMA	
- Os o	campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM	
Ano*	2021	
Modalidade*	Processo Dispensa	
O licitação/dispensa/inexigibilidade*	33	
A licitação utiliza estes recursos?	Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito	
Número edital/processo*	33	
Descrição do Objeto*	AQUISIÇÃO DE POSTE E PADRÃO ELÉTRICO, PARA ACIONAMENTO DA REDE ELÉTRICA JUNTO A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZOLA E MARECHAL LOTT DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR	
Forma de Avalição	- Selecionar Y	
Dotação Orçamentária*	1000120606200122103390339030	
Preço máximo/Referência de preço -	3.316,00	
R\$*		

CPF: 63225824968 (<u>Logout</u>)



Emitido por: ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI, na versão: 55291

#### Município de Capanema - 2022 Contratos a vencer

Seq. N	° Contrato	SIM-AM	Início vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
JONAS	163-1/2021	4986	03/05/2021	02/05/2022	03/05/2021	02/05/2022	7,976,00 82685 - PNEUŁOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI	Pregão	000023
Objeto	AQUISIO	ÃO DE PNE	US DESTINADOS A	FROTA DE VEI	CULOS DA SECR	ETARIA MUNICIPAL DE	SAÚDE DE CAPANEMA-PR		
JONAS	165-1/2021	4988	06/05/2021	05/05/2022	06/05/2021	05/05/2022	30.549,00 82726 - BACELAR & BACELAR LTDA	Pregão	000022
Objeto	: AQUISIO	ÇÃO DE UNII	ORMES DIVERSO	S, CONFECCION	NADOS SOB MEDI	DA, PARA USO DOS PR	OFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPANEM	A-PR	
OIRI	528-1/2021	5352	09/11/2021	06/05/2022	09/11/2021	08/05/2022	5.280,00 56855 - MB CATARINENSE EIRELI	Pregão	000091
Objeto	AQUISIO	ÃO DE EQU	IPAMENTO DESTIN	NADO AS EQUIP	ES DA SAÚDE BU	CAL NAS ESTRATÉGIAS	SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, EM ATENDIMI	ENTO A PORTARIA Nº 4061, DE 18	DE DEZEMBRO
UCIANA		Control of the Contro	ÉRIO DA SAÚDE.						
	166-2/2021		10/05/2021	09/05/2022	10/05/2021	09/05/2022	93.360,00 81357 - PANDA AUTO POSTO LTDA	Pregão	000019
						OMUM AMBOS DESTINAD DE REGISTRO DE PREÇ	OOS À UTILIZAÇÃO POR VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES A ADM XOS	INISTRAÇÃO PÚBLICA DE CAPAN	EMA - PR, QUE SE
JCIANA	519-1/2019	4212	13/12/2019	12/05/2022	13/12/2019	12/05/2022	40.000,00 68004 - CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA	Tomada de preços	000010
							TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO NO QUE TANGE A RECUPERAÇÃO I CAPANEMA-PR, NOS TERMOS DA LEI Nº 13.485, DE 02 DE OUTUBRO		PAGAMENTOS
LMAR	169-1/2021	4992	14/05/2021	13/05/2022	14/05/2021	13/05/2022	3.316,00 77747 - GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	Processo dispensa	000033
Objeto			TE E PADRÃO ELÉ D DE CAPANEMA-P		CIONAMENTO DA	REDE ELÉTRICA JUNTO	O A COPEL, PARA ATIVAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA DAS LOCALIDA	ADES DO PINHEIRO/LINHA BRIZO	DLA E MARECHAL
MAR	358-1/2018	3068	17/09/2018	16/05/2022	17/09/2018	16/05/2022	92 400,00 54186 - A. R. FASOLO ENGENHARIA LTDA- ME	Pregão	000106
Objeto	o: CONTR.	ATAÇÃO DE	EMPRESA ESPEC	IALIZADA EM PR	ESTAÇÃO DE SER	RVIÇO DE MANUTENÇÃO	DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANE	MA-PR	
JONAS	179-1/2017	2700	18/05/2017	17/05/2022	18/05/2017	17/05/2022	645.000.00 1125 - HOSPITAL SUDOESTE LTDA - EPP	Processo inexigibilidade	000001
Objeto							A EM TERRITÓRIO MUNICIPAL, PARA COMPLEMENTAÇÃO DOS SERV SUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPANE		CIA (24 HORAS).
uilherme	10-1/2021	5033	22/06/2021	18/05/2022	02/07/2021	29/11/2021	151.109,84 82581 - OZIEL DE OLIVEIRA URBANIZAÇÃO	Tomada de preços	000010
Objeto		C. C					A COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA MATO GROSSO ENTRE AS R 349-29,2003,8,16,0061- CTA 71051-7.	UAS VIOLETA E AV. INDEPENDÊN	ICIA, NO
UCIANA	172-2/2021	4995	24/05/2021	23/05/2022	24/05/2021	23/05/2022	135.201,00 2832 - DIDIGAS - COMERCIO DE GAS E TRANSPORTE L'TDA -	EPP Pregão	000026
Objeto	o: AQUISI		LIQUEFEITO DE F	PETRÓLEO -GLP-	E CASCO DE BO	TIJÃO PARA USO EM TO	DAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CAPANEMA	- PR, PROCESSADO PELO SIS	TEMA DE REGISTRO
IONAS	173-2/2021		24/05/2021	23/05/2022	24/05/2021	23/05/2022	28.800,00 3300 - FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Pregão	000025
Objeto			LDAS GERIÁTRICA O SISTEMA DE REC			ACIENTES HIPOSSUFIC	IENTES ECONOMICAMENTE ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIF	PAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE	CAPANEMA PR,
AQUEL	174-2/2021		24/05/2021	23/05/2022	24/05/2021	23/05/2022	37.443,00 78752 - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA	Pregão .	000031
Objeto		ÇÃO DE FOR		IUO DE NOTA FI	SCAL DE PRODU	TOR, PARA USO JUNTO	A SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO	DE CAPANEMA PR, PROCESSAI	OO PELO SISTEMA
MAR	175-2/2021		24/05/2021	23/05/2022	24/05/2021	23/05/2022	200.000,00 48929 - MICEMETAL MULLER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Pregão	000027
Objete			EMPRESA ESPECI REGISTRO DE PRE		ECUÇÃO DE SERV	/IÇOS DE HORAS DE CA	MINHÃO MUNCK TRUCK PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA D	O MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR.	PROCESSADO
ONAS	176-1/2021	4999	24/05/2021	23/05/2022	24/05/2021	23/05/2022	103.290,00 209 - SUDOAUTO SUDOESTE AUTOMOVEIS LTDA	Pregão	000029
Objet	o: AQUISI	CÃO DE 01	AUTOMÓVEL MININ	AN, NOVO, ZER	O KM. ANO/MODE	ELO 2020/2021, VISANDO	DAR SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS PELO MUNIC	CÍPIO DE CAPANEMA-PR	
					CONTROL OF THE PARTY OF THE PAR				



# ¥

#### Município de Capanema - 2022

#### Contratos a vencer

Pagina-2

Seq.	Nº Co	ntrato	SIM-AM	Inicio vigência	Final vigência	Início execução	Final execução	Valor Fornecedor	Tipo da Licitação	Nº Licitação
0	Objeto: A	AQUISIÇ	ÃO DE CO	NCRETO USINADO	PARA USO JUN	NTO A SECRETARI	A DE VIAÇÃO OBRAS E	SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA - PR, PROC	CESSADO PELO SISTEMA DE REGISTA	RO DE PREÇOS.
UCIA	NA 178	1/2021	5001	26/05/2021	25/05/2022	26/05/2021	25/05/2022	9.975,00 82988 - GENTE SEGURADORA SA	Pregão	000033
	C	CONTRA	TAÇÃO DE	EMPRESA ESPECI.	ALIZADA EM PR	ESTAÇÃO DE SER	VIÇO DE SEGURO PARA	OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICIPIO DE CAP	ANEMA PR.	
UCIA	NA 79	-1/2021	5002	26/05/2021	25/05/2022	26/05/2021	25/05/2022	13.342.25 2011 - MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Pregão	000033
U	objeto. C	CONTRA	TAÇÃO DE	EMPRESA ESPECIA	ALIZADA EM PE	ESTAÇÃO DE SER	VIÇO DE SEGURO PARA	OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICIPIO DE CAP	ANEMA PR.	
ONAS	3 180-	-2/2021	5003	27/05/2021	26/05/2022	27/05/2021	26/05/2022	450,00 83008 - SOBRAL-CHAVES E CARIMBOS LTDA	Pregão	000032
0								A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, VISANDO M CESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.	MELHORAR E OTIMIZAR AS CONDIÇÕ	ES DE TRABALHO
ICIAN	A 547-	-1/2021	5371	01/12/2021	31/05/2022	01/12/2021	31/05/2022	1,00 85328 - SIDNEY BELARMINO FERREIRA JUNIOR	Processo inexigibilidade	000013
0	Objeto: C	REDEN	CIAMENTO	DE LEILOEIRO OF	ICIAL, PARA PI	ROCEDER A REAL	IZAÇÃO DE LEILÃO PÚB	LICO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNIC	PIO DE CAPANEMA - PR	
OIRI	48	-1/2021	5372	01/12/2021	31/05/2022	01/12/2021	31/05/2022	4,000,00 84610 - CINTIA MARA JONER	Processo inexigibilidade	000012
	opieto: C	CONTRA	TAÇÃO DE	EMPRESA PARA A	PRESENTAÇÃO	DA PALESTRA SH	OW - DEIVID FREITAS E	EQUIPE AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAF	PANEMA/PR. ABORDANDO O TEMA "	MOTIVAÇÃO

Término vigência atual De: 01/05/2022 Término vigência atual Até: 31/05/2022 Imprimir o objeto do contrato Ordenador por: Final vigência